

desde suas origens, foi no fim do século XVIII que o *approach* da singularidade de um sujeito foi aceito como muito mais do que uma generalidade nosológica, que ele foi reconhecido como compatível com a exigência do rigor científico e de seus critérios de generalização e de objetividade. “A qualidade singular, a impalpável cor, a forma única e transitória, ao adquirirem o *status* de objeto assumiram seu peso e sua solidez [...] (Foucault, 1972, p. 102). O olhar não é mais redutor mas fundador do indivíduo em sua condição inelutável. E com isso se torna possível organizar em torno dele uma linguagem racional. O objeto do discurso pode ser um sujeito sem que os aspectos da objetividade sejam por isso alterados. Foi esta reorganização formal e em profundidade [...] que abriu a possibilidade de uma experiência clínica; ela levantou o velho interdito aristotélico. É possível finalmente manter um discurso com estrutura científica sobre o indivíduo.” Foucault (1972) assenta o surgimento da clínica como um *approach* científico que tenta evidenciar mecanismos, processos e, portanto, como uma tentativa de alcançar o geral além das singularidades individuais, *porém a partir delas*.

O sujeito que emerge disso continua sendo, todavia, um sujeito sem subjetividade e, então, é para a “psicologia das profundezas”, para a junção entre a filosofia e a medicina que precisamos nos voltar para acompanhar a emergência da psicologia clínica. Não voltaremos aqui ao desenvolvimento da psiquiatria clínica e ao papel fundamental que ela desempenhou na constituição da individualidade como objeto científico na comprovação dos grandes sistemas teóricos por intermédio das realidades clínicas.

Assinalamos apenas que a noção de “psicologia clínica” surgiu nos anos 1890 simultaneamente na França, na Alemanha e nos Estados Unidos (PRÉVOST, 1988). Na França, P. Janet lhe conferiu um sentido próximo ao da psicologia médica: ele procura promover uma reflexão psicológica que se apoia no interesse nutrido pelo particular, nos dados obtidos por meio da observação, na crítica das pesquisas que, em laboratório, isolam variáveis artificialmente.

S. Freud evoca o termo “psicologia clínica” em uma carta a Fliess (30 de janeiro de 1899): “atualmente, a conexão com a psicologia, tal como ela se apresenta nos *Études* (sobre a histeria), sai do caos onde se encontrava: percebo as relações com o conflito, com a vida, com tudo isso que eu gostaria de chamar ‘psicologia clínica’”. A obra freudiana constitui um modelo da clínica pelo lugar que reserva à análise dos casos individuais na produção da teoria, e por seu método e por seu procedimento.

Prevost (1988) chama a atenção, embora este episódio histórico da gestão da psicologia tenha permanecido ignorado durante muito tempo, para a existência (entre 1897 e 1901) de uma revista de psicologia clínica e terapêutica publicada por dois médicos do hospital Sainte-Anne. Esses textos prenunciavam o que será a psicologia clínica francesa. Neles encontramos as principais críticas endereçadas

2

Filiações teóricas das clínicas do trabalho¹

Dominique Lhuillier

1 Psicologia clínica

Nosso *approach* da clínica do trabalho se reporta às duas correntes teóricas constituídas pela psicologia social clínica e pela *psicopatologia do trabalho*, e seus desdobramentos elaborados pela *psicodinâmica do trabalho*, de um lado, e pela clínica da atividade, do outro.

As controvérsias suscitadas pela pesquisa em psicologia clínica (pela especificação de seu objeto, pela relação entre prática e pesquisa, pelo *status* concedido à singularidade do caso na conceitualização do geral, pelo *status* da intersubjetividade na relação do pesquisador com seu objeto, pelos critérios adotados de cientificidade...) requerem que se volte aos fundamentos da psicologia clínica e a seu projeto de constituição de uma verdadeira ciência, e ao mesmo tempo se elabore sua práxis.

A noção de *clínica* esteve durante muito tempo associada unicamente à prática médica. Sua origem etimológica (*kliné* – o leito, *klinikos* – o médico, *klinike* – cuidados do médico com o doente acamado) remete à situação em que o médico, junto ao leito do doente e contando apenas com seus próprios recursos, se inclina sobre um paciente. Por mais que a clínica seja um componente da prática médica

¹ Título original “Filiations théoriques”. Capítulo do livro *Cliniques du travail*, de Dominique Lhuillier. Toulouse: Érès, 2007, p. 21-57. Tradução de Maria Helena C. V. Trylinski e revisão técnica de Pedro F. Bendassoli.

à psicologia experimental (“a matemática da psicologia”), e às metas posteriormente aprimoradas: “A psicologia clínica, pelo contrário, embora extraia preciosas informações das pesquisas de laboratório, observa a própria vida psicológica, considerada como um todo concreto e real. Ao reunir em uma visão de conjunto as reações naturais e espontâneas do sujeito, na presença de excitações de todo gênero, ela compõe um quadro sintético, com dominância variável, que exprime o temperamento e traz a marca do caráter desse sujeito. Por meio das influências combinadas da hereditariedade e do meio, ela persegue o desenvolvimento, normal e patológico, da personalidade, a tarefa não sendo esquematizar mas individualizar.”² Encontram-se aqui os traços distintivos da psicologia clínica (singularidade, totalidade, percepções em situações concretas e reais) tal como serão enfatizados pelas concepções fundadoras de D. Lagache e de J. Favez-Boutonier. O primeiro descreveu a psicologia clínica em 1949 e a criou como disciplina universitária: o objeto dela é “o estudo da conduta humana individual e de suas condições (hereditariedade, amadurecimento, condições fisiológicas e patológicas, história de vida), em uma palavra, a psicologia clínica é o estudo da pessoa inteira em situação” (LAGACHE, 1949). Ela almeja “ver a conduta de sua própria perspectiva, reconstruir tão fielmente quanto possível as maneiras de ser e de reagir de um ser humano concreto e completo, às voltas com uma situação; ela busca precisar o sentido dessa conduta, sua estrutura e gênese, procura revelar os conflitos que a motivam e as *démarches* que têm por fim resolver esses conflitos. Em resumo, este é o programa da psicologia clínica” (LAGACHE, 1949).

Não retomaremos a questão da ambição desta definição, a questão da fluidez de algumas noções (como a conduta, a pessoa), da visão algo ecumênica de Lagache, que tenta aliar as *démarches* das diversas subdisciplinas da psicologia para promover sua unidade. Tudo isto já foi amplamente comentado (PRÉVOST, 1988; PLAZA, 1989; PÉDINIELLI, 1994; CICCONE, 1998).

A obra de J. Favez-Boutonier amplia e completa as posições de D. Lagache ao reformular sua definição da psicologia clínica (“estudo de uma personalidade singular na totalidade de sua situação e de sua evolução”, 1956), ao acentuar as relações estreitas desta última com a fenomenologia, em razão de sua descrição rigorosa da subjetividade e de suas referências à dimensão vivida da experiência, ao distanciar-se do modelo médico, ao fixar-se na questão da intersubjetividade, e ao entender a investigação para outros domínios, menos marcados pela patologia. Os objetos de estudo da psicologia clínica se diversificam e não se limitam mais apenas à pessoa, eles abrangem a família, o grupo, a instituição, talvez mesmo o social. Voltaremos a essa questão.

2 *Revue de psychologie clinique et thérapeutique*, 1897, apud C. Pré vost, 1988.

Notemos, de qualquer modo, que além dessa referência constante (à qual nos juntamos) a uma psicologia do sujeito em situação real, a investigação clínica não se limita a uma investigação dos transtornos, das condutas patológicas. Ela não os exclui, evidentemente, porém concede um lugar privilegiado ao sofrimento psicológico e o faz de uma perspectiva ontológica, mais do que patológica.

O inacabado e a dependência, a falta e a perda, o obstáculo da realidade e as pressões da vida em sociedade fazem do homem um ser continuamente colocado à prova. “A prova é o cotidiano” (BARUS-MICHEL et al., 1996): ela requer a elaboração, a superação e não apenas a disfunção, a perturbação. Da mesma forma, os mecanismos de defesa não devem ser abordados apenas no que é qualificado como organização psicopatológica: eles estão voltados para o interior psicológico, para as exigências pulsionais e, ao mesmo tempo, para o exterior, lá onde se encontra a realidade material e social. Eles permitem manter uma integridade narcísica suficiente, uma composição com as pressões externas, e permitem que o indivíduo se inscreva no campo social (para o melhor e para o pior).

Da perspectiva que espousamos de uma clínica do trabalho, este último essencialmente compreendido como prova, nos importamos não apenas com as manifestações de sofrimento, mas também com o esforço de vida nessa prova, com os processos de desimpedimento, de resistência e de resposta. Essa questão será retomada quando fizermos referência à psicopatologia do trabalho.

Se o domínio da psicologia clínica não é apenas o da psicopatologia, ele não é tampouco exclusivamente domínio da psicanálise. Esta continua sendo uma referência importante na medida em que visa o psiquismo humano, área onde criou um método de pesquisa sobre os processos psicológicos, um método de tratamento que se baseia nessa pesquisa, um corpo conceitual que permite modelar e tornar inteligível a vida psicológica. O referencial teórico da psicologia clínica leva em conta a hipótese do inconsciente e os modelos de representação do funcionamento dos processos psicológicos propostos pela (pelas?) psicanálise(s). Porém, os fenômenos inconscientes não bastam para explicar “a pessoa inteira em situação” e a psicologia clínica é necessariamente levada à interdisciplinaridade. É isso aliás o que faz, ao mesmo tempo, a riqueza e o desconforto dessa orientação, orientação que criou um quadro teórico necessariamente móbil para responder às exigências das práticas clínicas. Essas não se confundem com a prática analítica, que se apoia sobre um dispositivo particular, notadamente no trabalho sobre a transferência e a suspensão da realidade externa para criar condições para a emergência da vida fantasmática. Quanto às práticas clínicas, elas são diferentes, mas sempre inscritas no contexto social. O que faz com que Huguet (1995) diga que para o clínico, “o leito do doente” é o contexto social. Os trabalhos em clínica do trabalho não podem prender-se às dimensões inconscientes, às suas dependências sexuais e infantis. Eles devem se dedicar a explicar a dinâmica social consubstancial às

atividades produtivas. Dinâmica social que está ligada também à realidade das situações de trabalho, às representações de que ela é o objeto. Realidade encontrada mas também produzida por estas relações e pelas *práxis* que elas permitem.

2 Psicologia social clínica

Percebemos aqui a referência à psicologia social clínica. Esta última não pode se dissolver em uma psicologia clínica que seria forçosamente social. Na verdade, não há sujeito fora do social, porém a psicologia social clínica, oriunda da psicologia e da sociologia, está menos centrada no indivíduo (nas determinações dele, nas condutas dele) do que nas interações nas quais ele se inscreve e para as quais contribui. Ela “estuda o indivíduo” (é uma psicologia) em situações sociais reais (ela é social), situações que existem fora dele e pelas quais ele é influenciado, situações que ele pode compreender e influenciar (REVAULT D'ALLONNES; BARUS-MICHEL, 1981).

Essa orientação tem relação com a psicologia social, com os conceitos e objetos desta última. Mas se diferencia dela tanto no plano da pesquisa quanto no da prática, pois leva em conta o registro do libidinal que atua nas relações sociais, nas unidades e nas situações sociais. Ela se interessa pelo vínculo social e por suas variações (do intersubjetivo ao societal), quer ele tome a forma de conflito, de dominação, de exclusão ou de solidariedade cooperativa, de aliança e de troca. Nessa orientação, o vínculo social é examinado de uma dupla perspectiva, a perspectiva das transformações sociais e a dos rearranjos psíquicos operados pelos indivíduos. Aqui o social não é somente um conjunto, mais ou menos estático, de determinações e de estrangulamentos. Ele não é dado, mas construído em dinâmicas coletivas. A psicologia social clínica visa, portanto, a investigação das reciprocidades do individual e do coletivo, do psíquico e do social. Barus-Michel e seus colaboradores (1996) precisaram essa problemática: “Na qualidade de pesquisadores e praticantes de psicologia social clínica, nós nos interessamos particularmente pela tensão que se manifesta entre sistemas sociais e estruturas psíquicas, o que coloca a irredutibilidade de cada uma dessas duas lógicas na trama de seu arranjo comum [...] Este arranjo está no centro de nossa *démarche*”. Trata-se de explorar os processos de geração recíproca do psíquico e do social. Por isso, esta perspectiva é inescapavelmente aberta à pluridisciplinaridade: a psicanálise ocupa aí um lugar importante, mas o mesmo acontece com as ciências sociais (sociologia, antropologia, história...).

Os objetos da psicologia social clínica (assim como os da psicologia social, mas provavelmente ainda mais) são, de forma privilegiada, as relações interpessoais, o grupo, a instituição e a organização.

O “pequeno grupo”, abordado no início por Lewin (1959) de uma perspectiva dinâmica e com conceitos emprestados da física, foi estudado em seguida por Bion (1965), que renovou os conceitos e abriu o tema para desdobramentos posteriores, que focaram a vida afetiva dos grupos e suas dimensões inconscientes.

A contribuição de Lewin concorreu para o estudo dos papéis, das normas, das tomadas de decisão, das resistências à mudança, da liderança e da autoridade nos grupos. E foi o recurso a outro registro teórico, a psicanálise, que lançou uma luz nova sobre a vida fantasmática e simbólica nos grupos. É nessa perspectiva que podemos situar os trabalhos de D. Anzieu, de R. Kaes e da equipe do CEFRAP,³ e também dos psicossociólogos do ARIP;⁴ posteriormente, a eles se juntaram os trabalhos do CIRFIP,⁵ embora a contribuição destes últimos esteja mais aberta à sociologia, notadamente nas referências à Escola de Chicago, a Mauss e seus discípulos do Collège de Sociologie, a A. Schutz e E. Goffman, referências essas que vão além do campo da problemática grupal e enriquecem a reflexão teórica da psicossociologia e da sociologia clínica.

O “grupo”, enquanto objeto de conhecimento e locus de uma prática, foi objeto de muitas experimentações e experiências, das quais uma clínica do trabalho pode beneficiar-se em sua investigação sobre as dinâmicas coletivas mobilizadas em torno do trabalho, quando a ocasião se oferecer. No entanto, estas contribuições, ademais incontestáveis, também têm seus limites. Na verdade, os trabalhos desenvolvidos sobre os processos inconscientes nos grupos foram realizados, principalmente, com grupos terapêuticos e grupos de formação, e não com coletivos de trabalho ou grupos operativos. Por isso, faltava a referência à tarefa, à organização produtiva, à realidade que se trata de transformar nesses contextos. A história da dinâmica dos grupos, completamente absorvida pelas interações e, em seguida, pela investigação sobre a vida fantasmática, deixou na obscuridade a questão da ação. Principalmente porque os dispositivos instaurados pela investigação do funcionamento dos grupos encorajam processos regressivos que favorecem a interpretação “psicofamiliarista” (MENDEL, 1992), afastam a realidade social e a ação e são fundamentalmente reflexivos (“o grupo centrado no grupo”). G. Amado enfatiza bastante as diferenças entre grupos operativos e grupos terapêuticos; ele mostra como o estudo psicanalítico dos primeiros foi abandonado e resgata a tensão nos grupos de trabalho entre “o superinvestimento do objeto-tarefa, de um lado, e o superinvestimento do objeto-grupo”, do outro: trata-se nesse caso de “duas respostas extremadas à inevitável tensão entre o desejo de ação, de realização, de eficácia, de um lado, e a preservação da integridade psíquica, do respeito

³ CEFRAP – Centre d'Étude Formation-Recherche.

⁴ ARIP – Association pour la Recherche et l'Intervention Psychosociologique.

⁵ CIRFIP – Centre International de Recherche Formation Intervention Psychosociologique.

pelo outro, do prazer de formar um grupo, de outro". Ele retraca os fundamentos de um novo dispositivo, dito "transicional", introduzindo de novo a referência a situações reais ligadas à ação, fundamentos efetivados por H. Bridger no começo dos anos 1960 no quadro do Tavistock Institute of Human Relations.

A ação requer processos psíquicos específicos que não se podem descobrir nos grupos puramente reflexivos, sem tarefa. O *approach* transicional da mudança proposto mais recentemente por Amado (2004) integra, nos dispositivos de regulação que ele propõe, a dimensão técnica do trabalho e outras dimensões mais tradicionalmente psicossociológicas.

As críticas que envolveram os fundamentos ideológicos e epistemológicos de um *approach* do grupo voltado para a vida fantasmática contribuíram para um deslocamento progressivo da investigação clínica para outros objetos, em particular para a instituição e para a organização. Com efeito, como salienta Lévy (1994), não se pode "sem operar uma redução considerável, considerar, como fizeram os promotores do T-grupo e de outras formações 'centradas no grupo', que todos os grupos humanos se reportam a um mesmo modelo genérico histórico, possuidor de atributos e propriedades comuns, grupos que encontram o mesmo tipo de dificuldade e, portanto, capazes de assentar os alicerces de uma teoria geral e uma prática que se relaciona com ele". Porém, e mais uma vez nos unimos a A. Lévy, esses outros objetos que são a organização e a instituição – apesar da tendência recorrente a coisificá-los e mesmo personalizá-los (a organização fala, proíbe, afirma, promete, tem medo) – são "ambíguos, atravessados por contradições paradoxais: eles não podem ser encontrados", por assim dizer.

A noção de organização designa um conjunto estruturado de papéis, de relações de poder, de normas, estabelecido para responder a objetivos de produção de bens e de serviços. Ela abrange uma série de constrangimentos e de obrigações com os quais os membros da organização se acertam para aí construir um lugar para si e, eventualmente, obter alguma vantagem. Mas uma organização pode também ser retratada como a colocação conjunta de recursos individuais tendo em vista a realização de uma ação coletiva. Essas duas perspectivas se opõem em suas concepções, ao mesmo tempo estática e dinâmica da organização – concepções que não fazem outra coisa senão revelar as contradições internas de qualquer formação social. A organização comporta, ao mesmo tempo, uma estrutura estabelecida que pretende definir as posições e os papéis, as funções e as relações, a distribuição do trabalho e do poder, e formas emergentes de ação coletiva no seio das quais outras regras, estas informais, são elaboradas, outros sistemas de representação e de significação emergem quando da ação, e conforme a dimensão das discordâncias entre o "aparelho pensante" proposto pela estrutura e a realidade encontrada na ação. As evoluções do mundo do trabalho impõem aos praticantes e aos pesquisadores do trabalho uma vigilância intensa para não

se deixarem capturar por organizações cada vez mais abstratas e afastadas do real, que fazem com que a imagem coincida com a conceitualização. A ocultação do real, revelada pela ocultação do trabalho como transformação da realidade, é uma tendência forte nas organizações produtivas. Os clínicos do social poderiam contribuir para o conhecimento do fenômeno se estivessem focados nas produções imaginárias nas unidades sociais, grupais e/ou organizacionais.

A noção de instituição – que não se confunde com o uso corrente da palavra, isto é, com estabelecimento (logo, uma organização) – aplica-se, de acordo com a tradição sociológica clássica, a um fato social específico que se reconhece por seu caráter constrangedor e visa o controle social por meio da interiorização de normas. Conjunto de imposições, a instituição governa a sociedade e contribui para a estabilidade da ordem existente. Não obstante, a instituição pode também ser definida como um conjunto de sinais e de símbolos, de representações e de regras, conjunto produzido pela prática das relações e das atividades humanas (cf. M. MAUSS e C. LÉVI-STRAUSS, por exemplo).

Esta outra concepção lança luz sobre um societal que não é jamais estabelecido de forma definitiva, atravessado que é pela conflituosidade entre permanência e mudança, entre presente e futuro.

De nossa parte, juntamo-nos à definição de instituição proposta por Barus-Michel (1996) como um sistema simbólico, como "codificação das trocas e das práticas [...] como sistema de representação que sustenta e legitima estas atividades sociais que são cuidar, produzir, educar, formar, governar, vigiar".

Essa definição restitui às atividades sociais um lugar que elas não têm, ou têm de forma secundária, nos trabalhos de psicologia social clínica. Ou mais exatamente, é este terceiro – a realidade – que parece esquecido e faz com que Latour diga que "a ideia bizarra de que a sociedade seria feita apenas de relações humanas é o reflexo inverso de outra ideia não menos bizarra, a de que as técnicas seriam feitas apenas de relações não humanas" (citado por SIGAUD, 1990).

Convém realçar a análise e reconhecer que algumas orientações reservam ao trabalho uma atenção que permite não focar a análise unicamente na conjunção da história das formações sociais com a história dos sujeitos individuais. Essas orientações reconhecem que a problemática do social não pode se limitar ao imaginário social, nem mesmo ao sistema simbólico como relação de troca. O social é também um conjunto dinâmico de relações de transformação da realidade. "Toda sociedade, toda comunidade de homens sempre se solidarizou, nem que fosse de maneira conflituosa, para levar a cabo esta transformação que não poderia ser realizada sem cooperação. Os conflitos recaíram sobre os modos de fazer, de decidir, de prever; eles deram margem e sempre dão margem às divisões, à concorrência, à diversidade nas modalidades de organização. Eles geram solidariedade e concor-

rem mais para a dinâmica do vínculo social do que para prejudicar a cooperação" (BARUS-MICHEL et al., 1996).

Em todo o caso, não deixa de ser verdade que o *approach* da organização como sistema simbólico e imaginário, dominante na clínica do social, é ao mesmo tempo uma orientação conceitual estimulante e uma evitação da questão do real.

Neste ponto, alguns elementos de história ou de flexão dos conceitos precisam ser retomados a fim de apoiar nossa posição a respeito da clínica do social e da sombra que recai sobre o trabalho.

A pesquisa-ação realizada por Elton Mayo (1880-1950) nas oficinas Hawthorne da Western Electric Company (1924-1932) é uma referência central para a sociologia do trabalho enquanto momento fundador. Ela também o é, por razões diferentes, para a psicologia social clínica, já que é uma referência em termos de pesquisa-ação, em termos de análise das dinâmicas coletivas no ambiente industrial... Ela também foi uma referência para o movimento dito "das relações humanas" na medida em que abrange uma diversidade de práticas de intervenção em empresa e de aconselhamento gerencial.

Não voltaremos ao desenrolar da experiência, mas a seus objetivos e à utilização de seus resultados.

O objetivo visado era a obtenção de uma melhoria nos sistemas sociais para torná-los compatíveis com as metas impostas pelo sistema técnico e criar condições para uma cooperação sinônimo de produtividade graças a relações melhores entre os homens. As conclusões de E. Mayo enfatizam a necessidade de reconhecimento, de segurança, de pertencer a um coletivo de trabalho (mais importantes para a satisfação e a produtividade do trabalhador que as condições físicas nas quais ele trabalha), a importância do controle social exercido pelos grupos informais sobre os comportamentos e atitudes dos trabalhadores, a cooperação não espontânea que conviria favorecer (sem que a distinção entre cooperação e coesão seja colocada) no intuito de se assegurar um moral elevado nas equipes.

"O resultado mais importante da pesquisa, para a psicologia social, é a demonstração de que o indivíduo reage às condições concretas do meio não como elas são, mas tal como ele as experimenta, e que a maneira como ele as experimenta depende em grande parte das normas e do clima do grupo no qual ele trabalha ou vive, e de seu grau de pertencimento a este grupo" (ANZIEU; MARTIKN, 1979).

A corrente puxada pela psicologia social, bem como pela nova profissão nascida da pesquisa de Hawthorne – os *expert* em relações humanas –, é a da subjetividade, da contribuição das dinâmicas coletivas que seguem a direção desta. A questão do sistema técnico e do trabalho é deixada em segundo plano. Isso fica patente no relatório final de Roethlisberger (1939) sobre as pesquisas realizadas na Western

Electric, relatório em que é descrito o conflito entre "a lógica do sentimento", própria do operário, e "a lógica da eficiência", própria da direção.

A sociologia do trabalho não extraiu os mesmos ensinamentos dessas experiências: a influência recíproca entre sistema social e sistema técnico é reconhecida (FRIEDMAN, 1956), e a noção de situação de trabalho (TOURNAINE, 1966) inaugura um *approach* mais abrangente que integra a técnica, os modos de remuneração, os métodos de organização e de gestão das empresas. Situação de trabalho que permite analisar as atitudes e a ação operárias, ainda orientadas pelas características da sociedade e pelo lugar que aí ocupa a classe operária (apresentada nos dias de hoje como uma espécie em via de extinção).

A situação de trabalho produziria um tipo de consciência que se relacionaria com um traço essencial do homem no trabalho, homem "que se reconhece e busca ser reconhecido por suas obras". Além disso, a consciência operária seria a expressão da vontade de cada trabalhador de participar desse ato criativo. A dupla valorização da criatividade e do controle do trabalhador sobre suas obras é destacada, bem como a autonomia operária, inclusive nas situações mais forçadas pelo dispositivo técnico (como no trabalho em linha de produção).

O impacto dos trabalhos de E. Mayo pode ainda ser avaliado através de outros desdobramentos, e aqui nos interessamos pela criação do Tavistock Institute of Human Relations (em 1946) e pelo surgimento da corrente sociotécnica.

O Tavistock, criado por pesquisadores em ciências sociais, psiquiatrias, psicólogos já reunidos em torno de problemas ligados ao período de guerra (a seleção de oficiais para o exército, a repatriação e readaptação de prisioneiros de guerra), foi, desde seus primeiros trabalhos, muito influenciado pelas pesquisas de Bion (1965) sobre os processos inconscientes dos grupos. Além dos dispositivos de formação no grupo (de que já lembramos as características), outra orientação se interessa pelas intervenções em empresa e pelas relações entre estruturas sociais e defesas psíquicas. Quanto a essa problemática pensamos, evidentemente, na intervenção de Jaques (1972) na Glacier Metal Company. Não voltaremos aqui às características do *approach* colaborativo por oposição à orientação tecnocrática de intervenção (que pretende agir por, ou sobre, os atores ao invés de com eles). É mais a elucidação teórica trazida pelos trabalhos de E. Jaques que nos interessa aqui. Ele distingue as instituições sociais, no sentido de estruturas sociais (sistemas de posição, de papéis), dos mecanismos culturais que regulam as relações internas (convenções, costumes, regras, tabus...). Tendo como referência a concepção freudiana de identificação na constituição dos grupos (Freud), ele introduz em sua análise as concepções kleinianas dos processos de identificação por projeção e por projeção para colocar em evidência as funções defensivas das relações sociais (contra as ansiedades paranoicas e depressivas). E. Jaques acentua o fato de que os indivíduos utilizam as instituições às quais pertencem para reforçar os

mecanismos de defesa individuais: os vínculos, a coesão repousam nesta defesa coletiva contra as angústias primárias. Esses processos defensivos garantem então uma dupla função: a continuidade do grupo e a proteção de cada indivíduo contra a ansiedade. Dessa perspectiva, que será consideravelmente desenvolvida pelas pesquisas-ação de orientação psicossociológica ou psicanalítica, a forma e o conteúdo devem ser considerados em dois níveis distintos: não apenas o formal e o informal, mas também o manifesto (consciente) e o fantasmático (não identificado). A teoria de Jaques acaba por acentuar as funções defensivas da organização e ajuda a explicitar “a resistência à mudança” como resistência ao questionamento, à fragilização dos sistemas defensivos.

Embora a contribuição de Jaques à abordagem clínica do vínculo com a organização seja essencial, nela não se encontra o rastro do trabalho. Ele é incapaz de ser encontrado. A realidade psíquica é mobilizada pelo fato institucional, ela pode ser estimulada (por via do imaginário e dos ideais), paralisada (o recalque e a repressão organizacionais, ENRIQUEZ, 1972), apoiada (KAËS, 1984), fortalecida em suas defesas (JAQUES, 1972), dominada (PAGEËS et al., 1979)...

Mas a quantas anda a relação entre realidade psíquica e ação coletiva? Nessas diversas abordagens, que seguem essenciais para a análise clínica das relações sociais na organização, falta um aspecto central da função do fato organizacional e do vínculo social: as relações de reciprocidade ordenadas pela práxis, pelo imperativo de transformação da realidade. O trabalho e a reorganização do trabalho não são objetos privilegiados da teorização e da intervenção psicossociológica.

Este não é o caso da corrente sociotécnica, mas a julgar pela ausência de trabalhos nessa perspectiva, parece que ela se encontra atualmente em vias de desaparecimento. Corrente também oriunda do Tavistock Institute, ela é principalmente portada por Trist et al. (1963).

O estudo das consequências psicossociológicas da introdução da mecanização nas minas de carvão inglesas mostra como este novo sistema técnico, conjugado a novas formas de organização do trabalho prescrito (taylorismo), levou a novas formas de adaptação das antigas maneiras de executar o trabalho das equipes de mineradores. Reencontra-se a ideia de que não há subordinação do social ao técnico, mas codeterminação mútua. Ao conceber a organização como um sistema sociotécnico aberto, esta abordagem dá um destaque especial à relação empresa-ambiente e à relação entre seus subsistemas: os quadros se encontram nos dispositivos de intervenção e não se confia aos subsistemas a tarefa de estabelecer relações. Ainda que os empregados, os operários, assumam a responsabilidade pelo ajuste do funcionamento cotidiano de suas unidades de trabalho, são as pessoas implicadas, direta ou indiretamente, nos processos de análise e de mudança que desenham os postos de trabalho enriquecidos, nos quais há frequentemente rodízio

dos operários e cujos ajustes mútuos tornam-se responsabilidade coletiva da unidade de trabalho (TRIST, 1993; ORTSMAN, 1978).

Comparando as duas orientações que se desenvolveram a partir de um mesmo polo (o Tavistock Institute) e aqui resumidamente apresentadas, não se pode deixar de pensar em uma contradição entre vida psíquica e realidade. Quando uma é levada em conta, a outra se retrai, alternadamente. No entanto, o objeto mesmo do trabalho e sua execução mobilizam também uma subjetividade que não é unicamente orientada pela organização enquanto estrutura social.

O conceito de representação, por exemplo, permite juntar estes dois polos que são o imaginário e a realidade externa, desde que não se reduza a análise à polaridade fantasmática, mas se leve em consideração o novo arranjo dos sistemas de representação por meio da experiência da realidade, ou se considere que esses sistemas orientam as ações que, elas mesmas, transformam a realidade que se torna então objeto de novas representações. Dado que as representações são da alçada do imaginário e do simbólico, elas não podem ser analisadas fora da referência a esta realidade social, e também material, à qual dão forma e sentido.

A clínica do social não pode prescindir de uma clínica do real. Mendel (1999) desponha aqui como um dos raros autores em psicologia social clínica a conceder um lugar central ao real na conceitualização proposta e isso pela mediação do ato: “Com o ato entramos em contato com o enigma do real.”

A definição de ato de Mendel seguramente mereceria ser exposta em detalhe e debatida junto com outros conceitos como a atividade, a práxis, o trabalho, a ação, a prática... discussão necessariamente multidisciplinar e essencial no tocante à clínica do trabalho.

Partimos, portanto, dessa definição do ato como processo de interatividade entre um sujeito levado por um projeto de ação e a realidade envolvida nesta ação, realidade material e social. Uma volta à história do pensamento filosófico levou G. Mendel a destacar o poder da ocultação do ato e do real na metafísica do ser. A filosofia do sujeito foi construída em cima de uma desvalorização da realidade material, da prática, da experiência desta prática. Essa concepção metafísica do sujeito, que continua preponderando, ensina que “o ato continua sendo um importante elemento de nossa cultura” (1998) e que há uma insistência em uma “redução egolátrica do ato” (2000).

Ocultação, redução explicadas pela função essencial do ato, a de colocar o sujeito em relação com a realidade externa. Encontro que é sinônimo de “submeter à prova”: “é no ato e unicamente no ato que o ser humano é levado a ‘tomar nota’ da dimensão de uma realidade estranha a se-‘eu’, realidade que resiste tão desagradavelmente a seus desejos, a seus conceitos, a seus projetos” (MENDEL, 1988). Donde a atenção dada à ação em detrimento do ato.

A distinção operada por Mendel entre esses dois conceitos sustenta-se na presença-absência dessa comprovação da realidade. A ação corresponde ao projeto de transformação da realidade: é o tempo do anteato, que se desenrola antes da interação sujeito-realidade externa. O projeto de ação guia o ato, mas não se restringe a ele, pois “ao entrar no ato nós entreabrimos a porta do desconhecido. Nós corremos o risco de tomar consciência de nossos recursos limitados e da resistência do real” (MENDEL, 2002).

Uma vez que o ato expõe o sujeito ao contato direto com o real, ele contém em si o risco do fracasso do projeto de ação. Nesse ponto, G. Mendel frisa que toda atividade comporta uma parcela de risco: este último não se encontra reservado às atividades ou profissões ditas “de risco”. Que risco é esse? O risco do fracasso, do erro, do acidente, da desaprovação e também, do lado oposto, o risco da inventividade, da criação.

Duas concepções do homem no trabalho e do risco se contrapõem. Elas são frequentemente destacadas nos trabalhos de pesquisa sobre a segurança e a prevenção. A concepção dos prescritores-organizadores ou teóricos do trabalho aborda o risco como patologia do ato, que atesta ignorância ou erro. Quanto ao ato real, ele deve ser a realização do projeto de ação, isto é, da norma do ato. A concepção dos práticos é totalmente diferente: nela o risco participa regularmente do próprio ato. A experiência prática ensina que o real supera sempre o pensamento que podemos ter a respeito de determinada coisa, ele supera as representações contidas no projeto de ação. Logo, o pensamento racional-teórico e o pensamento do fazer, o pensamento do sujeito às voltas com o real, contrapõem-se. Então, é o indeterminismo parcial do ato que permite o imprevisto, oportunidade fundamental para o desenvolvimento da subjetivação.

G. Mendel faz do ato a via de acesso privilegiada da liberdade capaz de nos arrancar da repetição. O modelo de funcionamento psíquico proposto concede um lugar central ao ato, permitindo dessa forma que o “vivo do sujeito” se desprenda do “sujeito maquinária”. Este último abarca, simultaneamente, a soma das inscrições (da hereditariedade, a memória do adquirido, inclusive as identificações infantis), dos investimentos atuais e das representações simbólicas da cultura: “aqui o homem aparece essencialmente determinado”. Quanto ao “vivo do sujeito, é ele que nos permite escapar da repetição, e é no ato que ele se manifesta”. É graças à ocasião do ato que o sujeito pode escapar, em parte, de suas próprias determinações.

Aqui surge o “desejo de criação”, ou “a parte vivente do sujeito”, definido na obra de Winnicott como capacidade humana de inventar: “O objeto do mundo sobre o qual o sujeito age no ato torna-se nessa situação o sucessor muito distante do objeto transicional de outrora. Ele é, ao mesmo tempo, ele mesmo e não ele

mesmo. Ele é, ao mesmo tempo, encontrado e criado.” E isso devido à mesma necessidade do passado: tornar-se o criador do mundo.

As perspectivas do jogo winnicottiano e dos processos transicionais no tocante à atividade, baseados nos recursos disponíveis e na invenção do sujeito, constituem um ângulo de reflexão e de análise essencial para a clínica do trabalho. Voltaremos a esse assunto. Trata-se, em todo o caso, de uma perspectiva capaz de desenferujar o impasse ao qual nos levou o conceito mendeliano de clivagem do sujeito no ato. Podemos concordar com este autor quando ele afirma que “somente a atividade criadora pertence à categoria do ato, uma atividade puramente repetitiva representando apenas uma ação, que não introduz na realidade senão o já determinado, o que já está lá” (1998) (distinção que ajuda a esclarecer as relações entre ato-tarefa-atividade). Porém, ficamos muito mais embaraçados diante da ideia de um sujeito clivado quando do ato, uma parte dele estando engajada no ato enquanto a outra consegue permanecer fora do ato. Ou quando se trata de um funcionamento simultâneo mas separado de dois modos de pensar, um concernindo o interior, o outro o exterior do ato. A distinção entre o *cogito* (inteligência racional-teórica que alimenta o projeto de ação) e o fazer (inteligência racional prática) não nos diz nada a respeito da necessária articulação entre eles no processo de simbolização.

O ato mobiliza a inteligência prática, fundamentalmente “não consciente, analógica, próxima do corpo e do sensorial, em parte encarnada na memória dos gestos da prática profissional”. A referência à *métis* dos gregos, ou pensamento sagaz, merece ser aprofundada para que se possam diferenciar as diversas formas de pensamento da inteligência do fazer. G. Mendel diferencia o pensamento teleológico, isto é, racional-prático, consciente e verbalizado, que remete ao projeto de ação, do pensamento do saber-fazer e da experiência, resultante de processos de interiorização-incorporação-aquisição prévios, e ainda do pensamento inventivo, criativo, que se situa além do que já está presente. Apenas esta última forma de pensamento se encontra associada ao “desejo de criação”, pois ela se defronta com a força da compulsão de repetição. Que condições então seriam necessárias para o desabrochar desse pensamento inventivo? O “viver criativamente” se liga à experiência da primeira infância do sujeito, quando do jogo transicional ao longo do qual ele domina a ausência-presença de sua mãe. Ele pressupõe uma confiança em si na relação com o mundo, que está ligada à criação de um espaço transicional. Porém, essa criação depende também das condições psicossociológicas atuais – e não apenas passadas – do ato.

É neste ponto que G. Mendel introduz a organização do trabalho e o conceito de ato-poder que testemunha o poder do sujeito no e pelo ato. Esse conceito é essencial na medida em que introduz de novo uma dimensão sempre subestimada, talvez mesmo descartada pela psicologia social ou pela sociologia: a concepção

tradicional do poder se encontra reduzida, nestas últimas orientações, à noção de poder de uns sobre outros, às relações de poder e de dominação-subordinação. No entanto, a questão do poder do sujeito sobre seus atos é igualmente essencial e não pode ser reduzida à concepção precedente.

G. Mendel enumera as três características do ato-poder; ele admite que a realidade é efetivamente transformada; que o sujeito possui uma quantidade variável de poder sobre seu ato, tanto sobre o processo dele quanto sobre seus efeitos; e, finalmente, conforme o grau de poder que o sujeito possui ou não sobre seu ato, o impacto psicológico em termos de realização deste último será diferente.

Aqui reencontramos uma problemática fundamental em clínica do trabalho: a do prazer ou do sofrimento, a do impedimento ou do convite para o desenvolvimento, a da alienação ou da subjetivação no trabalho.

“Se considerarmos que a relação com a realidade exterior ao indivíduo se dá a partir da atividade dele, de sua relação ativa com o mundo, que é sua principal fonte de informação, o que acontece no caso de um sujeito cujo ato é heteroprogramado, fragmentado, que faz com que o movimento de apropriação do ato reste natimorto? [...] É então de desumanização que convém falar, já que tal movimento antropológico de apropriação é o fundamento da relação com o mundo exterior e, por isso, um constituinte fundamental do sentimento de identidade” (MENDEL, 1996).

Sem comentar neste espaço a pretensão do projeto de G. Mendel de construir “uma antropologia com seis universais empíricos”, que deixa patente a complexidade, talvez mesmo a ambivalência de sua relação com a psicanálise, nós nos limitaremos aqui à sua contribuição, essencial e singular, no campo da psicologia social clínica, à teorização do ato na construção do sujeito.

3 Da psicopatologia do trabalho à clínica do trabalho

Não voltaremos aqui à pré-história da psicopatologia do trabalho e às condições sociohistóricas de seu desenvolvimento. Podemos apenas fazer referência aos trabalhos extremamente completos e precisos de I. Billiard (2001), trabalhos particularmente importantes na medida em que permitem localizar os eixos teórico-clínicos já explorados e que parecem, atualmente, ter sido redescobertos.

3.1 Trabalho e saúde mental

A fundação da psicopatologia do trabalho como clínica dos distúrbios individuais do sujeito frente a sua tarefa se apoia na obra de alguns fundadores, como P. Sivadon, C. Veil e L. Le Guillant.

As noções de “capacidade de adaptação” ao meio e de “equilíbrio da personalidade” no pensamento de P. Sivadon comprovam a importância concedida aos dados de ordem individual relativamente às características do trabalho. É também dessa perspectiva que podemos abordar “as neuroses do trabalho”, entendidas como má adaptação: “as neuroses têm como nascedouro principal dois tipos de situação: as situações de insegurança e as situações de conflito” (1957). Estas últimas remetem, quase sempre, aos conflitos com o ambiente; quanto as primeiras, elas resultam de um fracasso do hábito. As neuroses do trabalho se distinguem por um mesmo quadro clínico evolutivo (fenômenos de inibição, de intolerância, alcoolismo de defesa, sentimento de estranhamento, crise de angústia...). O enfoque de P. Sivadon, ao mesmo tempo adaptativo e humanista, mantém-se centrado no trabalhador e suas fragilidades, deixando na sombra a análise do trabalho.

C. Veil (1964), pelo contrário, leva em conta em sua reflexão os dois filões representados pelo sujeito e sua margem de liberdade, de um lado, e a organização e as normas de trabalho, do outro lado. Além disso, sua orientação, ao mesmo tempo fenomenológica e psicanalítica, o inscreve mais na psicologia clínica do que na psiquiatria. Sua investigação não tem por objeto a patologia, mas suas fronteiras.

Seus trabalhos, insuficientemente conhecidos e reconhecidos, merecem ser lembrados para que se evite crer que se descobriu o que já foi descoberto. Se toda construção histórica é uma reconstrução, o desconhecimento do passado não pode prejudicar o conhecimento do presente, como frisou Y. Clot (1996) em sua introdução à *Histoire de la psychologie du travail*.

Desde 1957, C. Veil destaca as duas polaridades da relação com o trabalho, ora punição ou sofrimento, ora atividade criadora e forma de sublimação. “É esta dialética que faz a unidade da experiência do trabalho, e é a dinâmica dessa experiência o limiar que separa a satisfação do sofrimento, que constitui a base da psicopatologia do trabalho” (BILLIARD, 2001). Em suma, prazer e sofrimento no trabalho. Claude Veil refuta todo diagnóstico nosográfico psiquiátrico, ele não admite a noção de neurose do trabalho, porém se interessa pela experiência do sujeito, pelo trabalho de elucidação desse sujeito desadaptado dos processos de desadaptação. Esta sempre concerne uma situação e a saturação dos mecanismos de defesa do sujeito.

C. Veil, apoiando-se nos trabalhos de G. Friedmann e de A. Touraine sobre a fragmentação das tarefas, torna a dar à questão da organização do trabalho um lugar que Sivadon subestimou. Ele interpela as normas de trabalho, a imperfeição delas revelada pelas desadaptações observadas.

São muitos os trabalhos de C. Veil e não podemos apresentar aqui uma síntese exaustiva deles. Assim, nós nos valeremos nesta apresentação apenas de alguns elementos muito presentes na clínica do trabalho.

A propósito da experiência do desemprego, C. Veil insiste na importância das atitudes sociais, e sua análise junta-se à de antropólogos como M. Augé sobre o sentido do mal. “A doença, a adversidade, são praticamente consideradas como erros.” Além disso, o retorno ao trabalho é ainda dificultado por um sentimento de culpa que vem se somar às dificuldades encontradas, às experiências de ruptura e de perda associadas ao desemprego. Um desemprego é vivido de maneira especialmente dolorosa na medida em que ele efetua “uma espécie de regressão social, o desempregado passando da posição de trabalhador a posição de assistido social: quase sempre ele está sujeito a uma série de fracassos, de recusas, de frustrações e corre o risco de, tendo experimentado o desemprego, não poder mais sair dele”.

No tocante à segurança no trabalho, C. Veil frisa a necessidade de não reduzir a análise do acidente aos acontecimentos que o provocaram e a suas causas aparentes, mas concentrar-se no contexto mais global da situação de trabalho e seu ambiente. Fadiga, conflitos latentes ou abertos, diminuição da vigilância relacionada à antecipação do fim da jornada... todos fatores capazes de contribuir para o aumento dos riscos.

C. Veil detém-se nesse ponto na questão do medo no trabalho. Ele descreve “comportamentos de bravata e de atração pelo risco que faz com que o medo se pareça com certos comportamentos ansiosos”. O medo raramente tem relação direta com o risco incorrido. Ele pode ser minimizado pelo hábito, pela prática, ele pode ser exacerbado pela insatisfação no trabalho e com as relações de trabalho.

Para finalizar, C. Veil destaca que “o risco provoca a emergência de um pensamento mágico”. Ele se interessa ainda pela psicopatologia do alcoolismo no trabalho como recurso que permite “anestesiá-la inibição ligada ao medo”. Muitas pesquisas, algumas apresentadas mais adiante, têm por objeto situações de trabalho que comportam risco e suas consequências sobre a saúde, não apenas consequências somáticas, mas também psíquicas.

O medo e a alienação não são apenas as “duas principais figuras semiológicas da psicopatologia dos homens no trabalho” (DOPPLER; DEJOURS, 1985). Eles também estão ligados um ao outro e uma investigação sobre o que é recoberto pelo medo, sobre seus objetos e sobre a angústia no trabalho faz-se necessária. Voltaremos a esse assunto a propósito do estudo do sofrimento no trabalho.

Precisamos ainda abordar a obra de L. Le Guillant (1984); ela resume sua posição impregnada de materialismo dialético nos termos seguintes: “A união indissolúvel do indivíduo e do meio, unidade histórica sem dúvida dialética, é a lei fundamental, lei à qual o psiquismo normal ou doente não pode escapar. Além disso, nesta acepção o psiquismo é o reflexo da realidade, reflexo sem dúvida imperfeito porém constituído apenas por elementos da realidade.” Então, a unidade dialética e a problemática são rapidamente despachadas para uma

relação unívoca: o psiquismo se encontra sob a dominação do condicionamento social e das condições de trabalho.

Não obstante, a contribuição de L. Le Guillant não pode ser desprezada: ela assenta os alicerces de uma clínica nova que parte de situações concretas contextualizadas e com diversas manifestações patológicas identificadas. Assim, a pesquisa “Trabalho e fadiga: a neurose das telefonistas e dos mecanógrafos” (1955) identifica em um primeiro momento “uma síndrome subjetiva comum da fadiga nervosa” e em seguida tenta uma interpretação dessas observações através de “uma análise estrutural do trabalho”. Na verdade, é conveniente “proceder a uma análise da fadiga em três planos: biofisiológico, psicoafetivo e psicossocial, partindo-se sempre da base material que constitui sua infraestrutura, ou seja, do próprio trabalho e das relações objetivas que ele cria entre o trabalhador e o mundo concreto de seu trabalho” (BILLARD, 2001).

A magnitude das taxas de morbidade entre os trabalhadores da indústria relaciona-se com uma nova organização do trabalho que reduz a fadiga muscular mas intensifica o ritmo do trabalho. É esta nova patologia da produtividade que é ressaltada na pesquisa citada, mesmo que o enfoque conceda um lugar pouco importante para a relação subjetiva no trabalho. Entretanto, em situações de trabalho que comportam fortes pressões e concedem margens reduzidas de liberdade, a ênfase colocada na adaptação em termos de alienação (baseada na repressão do funcionamento psíquico) é pertinente.

Outra pesquisa, entre as mais conhecidas de L. Le Guillant, tem por objeto “as incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica” (1963). Nessa pesquisa, é menos a incidência da materialidade das condições de trabalho que a condição social caracterizada pelo servilismo e pela dominação que está no centro da análise. Essa condição pesa sobre todos os aspectos da existência e é impossível escapar dela, “como é impossível escapar do fato de ser argelino mulçumano em Paris, pupilo da Assistência pública ou, como mostra Albert Memmi, ser judeu”. Aqui, é o peso da condição social que dá conta, ao mesmo tempo, das condições concretas de vida e dos aspectos psicológicos, inseparáveis um do outro.

A análise de Le Guillant sobre o ressentimento, sobre a raiva da doméstica de seu patrão, sobre a culpa que deriva disso, a respeito das humilhações sofridas, a negação da individualidade, a solidão existencial... deve menos à teoria pavloviana (como é o caso na pesquisa sobre a “fadiga nervosa”) que à fenomenologia. A síntese da análise é consistente, não apenas em razão do exame detalhado das informações, mas porque ela pode constituir um referencial eminentemente atual no tocante a inúmeras situações de trabalho, notadamente para as atividades ditas “de serviço em domicílio”, onde a relação empregador-assalariado não é regulamentada por nenhuma instância externa, ou o é apenas teoricamente: “A dialética do senhor e do escravo enlaça em um drama pessoal, mais obscuro e mais

profundo, uma contradição geral. Não somente o ressentimento é uma reação à humilhação e à injustiça, como a admiração e a atração provocam inveja e ciúme, aos sentimentos naturais desiludidos segue-se a frustração: uma identificação impossível gera a raiva e a angústia da raiva.”

A problemática do reconhecimento, no desdobramento da obra de Hegel, é aqui central assim como é central de maneira mais geral na clínica do trabalho.

O pensamento de Le Guilliant ensaja, mais uma vez, discussões posteriormente entabuladas, porque eminentemente contemporâneas, sobre a evolução das relações psicossociais de trabalho.

Para concluir esta apresentação sucinta da psicopatologia do trabalho e de sua história, salientamos a importância das duas perspectivas abertas: a de P. Sivadon e C. Veil – uma clínica do sujeito em suas relações no trabalho –, e a de L. Le Guilliant – uma clínica das situações de trabalho. A articulação dessas duas perspectivas nos parece heurísticamente fecunda, desde que não reduza a relação dialética entre elas e contanto que leve também em consideração as contradições e conflitos internos inerentes ao sujeito e ao social.

3.2 *Psicodinâmica do trabalho*

Os trabalhos de C. Dejours se inscrevem nessa herança da psicopatologia do trabalho, no seio da qual ele os situa num primeiro momento. A referência à teoria psicanalítica desloca o campo da análise, mantendo no entanto a centralidade do conflito entre a organização da personalidade e a organização do trabalho. O conceito de sublimação permite, “em posição contrária à patologia mental reconhecida”, frisar que “a psicopatologia do trabalho se interessa também pelas saídas bem-sucedidas desse conflito fundamental entre organização do trabalho e sujeito do desejo” (1987). A multiplicação dos dados empíricos e a contribuição de outras disciplinas, especialmente da ergonomia, da sociologia do trabalho, levaram a rearranjos que romperam com o modelo causal de algumas pesquisas dos primórdios da psicopatologia do trabalho. “A falta de tornar bem visíveis doenças mentais específicas, voltamos nossa atenção para os comportamentos estranhos, insólitos, ou paradoxais [...] A problemática foi então submetida a uma reviravolta epistemológica que levou a uma redefinição do objeto da pesquisa em psicopatologia do trabalho: ao estudo do sofrimento no trabalho. Sofrimento compatível com a normalidade e com a salvaguarda do equilíbrio psíquico mas implicando toda uma série de procedimentos de regulação” (1990).

A ambivalência do sofrimento, criador e patogênico, os conceitos de estratégias defensivas (além dos mecanismos de defesa individuais), de inteligência prática, de ressonância simbólica, a referência à fenomenologia social, o enfoque com-

preensivo e, conseqüentemente, a construção do sentido do trabalho pelo sujeito, assim como a atenção dada ao reconhecimento e à dinâmica da construção da identidade, balizam a elaboração teórico-clínica dessa corrente. “O trabalho aparece decididamente como um operador fundamental na construção do sujeito. O trabalho se revela, de fato, um mediador privilegiado, senão único, entre inconsciente e campo social, de um lado, e entre ordem singular e ordem coletiva, do outro lado. A teoria em psicopatologia do trabalho é potencialmente portadora de conceitos que poderiam, em troca, ter efeitos sobre a teoria do sujeito e, por meio da sublimação, sobre a própria teoria psicanalítica” (1990).

Foi em 1993 que a psicopatologia do trabalho (estreita demais para abarcar novas problemáticas) foi substituída por uma nova denominação para as pesquisas desenvolvidas na área: psicodinâmica do trabalho. Esta, dando-se como objeto a normalidade, continua certamente se interessando sempre pelo sofrimento no trabalho, mas também pelo prazer no trabalho. Ela persevera na primazia dada ao terreno da conceitualização oriunda da práxis. Ela persegue as trocas com a ergonomia e a sociologia, diferenciando o prescrito e o real da ergonomia com o formal e o informal da sociologia (a contradição presente em virtude do distanciamento entre tarefa/atividade não recobre as contradições ligadas às relações de poder que motivam as discrepâncias entre o formal e o informal). Ela propõe uma nova definição do trabalho – “atividade desenvolvida pelos homens e mulheres para enfrentar o que não é dado pela organização prescrita do trabalho” (DAVEZIES, 1991) – e reafirma sua centralidade em virtude da construção do sujeito e do vínculo social (J. DE BRANDT; C. DEJOURS; C. DUBAR, 1995).

A articulação entre a psicodinâmica do trabalho e a sociologia compreensiva se alicerça na visão comum de um sujeito no trabalho que age e se constrói nessa interação. Ela se estende, de um lado, em direção à fenomenologia e à hermenêutica, do outro lado em direção à sociologia da ética. Essas filiações levam a psicodinâmica do trabalho a abordar questões centrais como as determinações sociais/psíquicas (a saída do dilema no qual se esgotariam inúmeras disciplinas – entre elas a psicossociologia – é possibilitada pela referência ao trabalho, ao real, este terceiro termo essencial sempre presente no conflito entre sujeito e sociedade já que a relação “se dá em torno de alguma coisa material e não apenas simbólica” – DEJOURS, 1996) tais como a construção do sentido do trabalho na interação, as condições da mobilização subjetiva na dinâmica de construção e evolução da organização do trabalho, a cooperação e seus motivos éticos, a problemática do reconhecimento como retribuição moral – simbólico concedido ao sujeito em troca do engajamento de sua subjetividade e de sua inteligência. A atividade deontológica dos coletivos de trabalho (construção de normas, de regras, de valores) e sua investigação levam a um deslocamento da teoria da atividade para a teoria da ação.

A relação entre psicodinâmica do trabalho e psicologia social clínica é complexa, marcada por inúmeros mal-entendidos que parecem ligados, de um lado, ao desconhecimento dos trabalhos psicossociológicos e, do outro lado, a uma representação destes últimos que remete a correntes que desvirtuam a disciplina no conselho administrativo e em uma abordagem tecnocrática da mudança.

Os pontos de convergência entre psicodinâmica do trabalho e psicologia social clínica nos parecem não apenas numerosos, mas fundamentais (articulação dinâmica do psíquico e do social, referência a uma teoria do sujeito que aceita a hipótese do inconsciente, o paradigma construtivista-subjetivista e o enfoque compreensivo, a articulação da pesquisa e da ação). Apontamos, entretanto, dois pontos de divergência: o *status* do real e do trabalho (já abordado) e a concepção do social.

O social da psicologia social clínica abarca simultaneamente as relações de troca (e simbólicas) e as relações ligadas à transformação da realidade (práxis). Ele não vem apenas proibir, impor, reprimir. Ele tem uma função de alicerce fundamental para a construção do sujeito, função que se revela quando de sua ausência (conforme pesquisas sobre a experiência do desemprego interno e externo). Na cena do trabalho, a importância do social não se limita ao quadro prescritivo. O trabalho é reorganizado pelos que o executam e nessa ocasião novas prescrições são construídas, prescrições que são ao mesmo tempo imperativas mas representam também recursos para a atividade. Nós nos juntamos aqui à posição de Y. Clot (1999) quando ele sublinha que “a vida social mais convoca o sujeito que o repele”. O trabalho, como atividade material e simbólica constitutiva do vínculo social, é também constitutivo da vida subjetiva. Por isso, não podemos concordar com C. Dejours quando ele afirma que “nenhuma continuidade existe então entre funcionamento psíquico individual e funcionamento da sociedade. No máximo, a continuidade é um ideal ou uma fantasia individual” (1996). O psíquico e o social são irreduzíveis e o conflito está na origem disso. Porém, o sujeito é igualmente fundamentalmente social. Uma volta a Freud (1921) faz-se necessária: “Na vida psíquica do indivíduo tomado isoladamente, o outro intervém com muita regularidade na qualidade de modelo, objeto, aliado e adversário e, em razão disso, a psicologia individual é, desde o início e simultaneamente uma psicologia social, num sentido amplo mas perfeitamente justificado...” A problemática do reconhecimento confirma a importância da relação dialética com o Outro e do vínculo como conflito, ruptura mas também como cooperação, solidariedade.

Para concluir esta apresentação sucinta da psicologia do trabalho, observemos que seu objeto não é o trabalho. “Ela não é uma psicologia do trabalho, mas uma psicologia do sujeito” (1996). Ela se propõe a constituir uma antropologia na qual o trabalho é colocado no centro da análise na condição de operador privilegiado

do desenvolvimento do sujeito na sua confrontação com o real e com o julgamento do outro.

3.3 Clínica da atividade

Y. Clot representa outra abordagem da clínica do trabalho, corrente situada na interseção da ergonomia francófona e da psicopatologia do trabalho e se reporta aos trabalhos de Bakhtin e Vygotski. Nesse enfoque, as relações entre atividade e subjetividade estão no centro da análise.

O paradoxo contemporâneo de uma subjetividade no trabalho, ao mesmo tempo requerida e repelida, tende a sacralizar a atividade profissional ao considerá-la como uma remanescência da modernização. Do mesmo modo, “a condição de assalariado parece se compor em torno de duas figuras simétricas: sobretaxa e subemprego” (1995). Paradoxo que se manifesta ainda quando se exige que os trabalhadores assumam responsabilidade sobre o trabalho quando, de fato, eles não têm nenhuma. No máximo, eles podem decidir quanto às modalidades de execução das tarefas mas de modo algum no que tange aos objetivos visados. Aqui não basta a crítica das orientações gerenciais. Ao invés disto, uma perspectiva dinâmica (como demonstram os fundadores da sociologia do trabalho ou ainda H. Wallon) pode esclarecer uma dada situação ao levar em conta, simultaneamente, as evoluções em curso e o que as invalidam. Ela pode também explicar por que as orientações gerenciais sempre têm como foco os “loucos do real”.

À prescrição da atividade do Taylorismo e à decomposição do gesto que ele impôs, seguiu-se e se somou, nos dias de hoje, à prescrição da subjetividade e à negação da contribuição subjetiva dos assalariados para a vida da organização. Seguir o desenrolar da atividade permite descobrir sua vocação dialética, seu desenvolvimento orientado pelas trocas intra e intersubjetivas e também pela economia do ato. O sentido da ação é a segunda regulação essencial da atividade: ele passa pelos julgamentos feitos e pela recriação dos objetivos visados, que estão além dos objetivos explicitados na prescrição. O trabalho benfeito fica visível como resultado da “eficácia apesar do que se perde num caminho sempre singular entre eficiência e sentido das atividades” (1995). Encontramos aqui a referência à *métis* dos gregos, à inteligência sagaz ou prática (DETENNE; VERNANT, 1974) já evocadas por C. Dejours a propósito da criatividade na atividade (1993).

Para Y. Clot, e nós aceitamos essa perspectiva, o mundo, incluindo-se aqui, é claro, o mundo do trabalho, é mais um conjunto de provas que um sistema de imposições contra qual o indivíduo se choca continuamente. Embora as “origens sociais do psiquismo” sejam reconhecidas, é indispensável precisar o que se entende por social. O social carrega divisões e contradições nas quais se elabora a atividade de subjetivação: “o sujeito existe se, e somente se, ele tem de algum modo o poder

de se desprender do que suas atividades sociais representam para ele e para os outros" (1995). O trabalho de subjetivação é um trabalho de desvencilhamento das contradições para torná-las compatíveis e tal coisa é feita por meio da tomada de consciência das defesas (recalque, desconhecimento...) mobilizadas contra as angústias provocadas pelas divisões internas do sujeito. Da mesma forma, a atividade do sujeito não está apenas voltada para seu objeto, mas também para as atividades dos outros sobre este objeto. Isso levou Y. Clot a tratar da "polifonia de intenção" e, de maneira mais geral, contestar uma visão muito amorfa do social.

"Balançando entre várias injunções sociais que a requerem, a atividade do sujeito não cessa de se dirigir aos outros e de levar em conta as histórias deles, seja para refutá-las, seja para hierarquizá-las, mas sempre discutindo com elas. A intenção nasce da discussão entre estes valores como uma tentativa de libertar-se das contradições deles [...]. Ela sai do que, de algum modo, está sempre no sujeito, discussão da sociedade consigo mesma, e é isto que lhe dá sua postura e sua plasticidade." Nessa perspectiva, o trabalho é fundamentalmente encontro e troca com os outros. Ele é mesmo o que permite ao sujeito "sair de si mesmo, ele requer a capacidade de executar obra útil, de tomar e manter compromissos, de prever com outros e para outros alguma coisa que não tem diretamente ligação consigo mesmo. Ele permite uma eventual realização fora dele em razão precisamente de seu caráter estruturalmente pessoal, não imediatamente interessado" (1999). Ele permite ao sujeito se inscrever em uma história coletiva, a da reorganização da tarefa pelos coletivos profissionais, ele permite ao sujeito se inscrever na história de um trabalho de organização do coletivo. A atividade não pode ser unicamente descrita por meio da grade ergonômica do prescrito e do real. Um terceiro termo impõe-se aqui, ele une-se às preocupações da psicologia social que Y. Clot chama de gênero social do ofício e nós chamamos cultura e identidade profissionais. Trata-se "das obrigações que compartilham aqueles que trabalham para chegar a trabalhar, muitas vezes apesar de tudo, algumas vezes apesar da organização prescrita do trabalho. Sem o recurso dessas formas comuns da vida profissional, assiste-se a um desregramento da ação individual, assiste-se a uma 'queda' do poder de ação e da tensão vital do coletivo, à uma perda de eficácia do trabalho e da própria organização" (Clot; FAÏTA, 2000).

Y. Clot aborda a questão do sofrimento no trabalho mas por uma via diferente da via da psicodinâmica. O sofrimento emerge de uma atividade impedida, de um desenvolvimento impedido, de uma "perda do poder de agir". Esse enfoque repousa sobre uma redefinição da atividade que não se reduz ao que se faz nela. A análise da atividade deve levar em conta também "o que não se faz, o que não se pode fazer, o que se tenta fazer sem conseguir – os fracassos – o que se teria querido ou podido fazer, o que não se faz mais, o que se pensa ou o que se sonha poder fazer no futuro. É preciso acrescentar – paradoxo frequente – o que se faz para não fazer o que é para ser feito, ou ainda o que se faz sem querer fazer –

sem contar o que há a refazer. Em matéria de atividade, o realizado não possui o monopólio do real" (2001).

A atividade impedida é frustração do desenvolvimento e esta perspectiva nos parece heurísticamente fecunda por abranger as consequências de um "retratamento" do sujeito e de suas possibilidades no trabalho realizado, e também as consequências deletérias das situações onde a atividade está suspensa. Nossos próprios trabalhos de pesquisa sobre a experiência da inatividade imposta, isto é, do desemprego ou a da colocação em disponibilidade (afastamento do trabalho e conservação do emprego) nos permitiram retomar esta questão. A investigação mostra os processos constitutivos da experiência de perda dos apoios que sustentam a consciência e a continuidade do si mesmo; de perda de apoio no tocante ao corporal, a pulsão estando nesse caso reprimida pela perda do poder de agir, a perda do apoio no que toca a intersubjetividade, a relação com os outros estando nesse caso suspensa devido ao isolamento e à relegação.

Enfatizar o impacto patógeno das situações sociais de desocupação leva à exploração das modalidades defensivas mobilizadas para diminuir o alcance mortal da ociosidade imposta. Porém, devemos ir além disso e explorar a dupla face delas: a destrutividade e a criatividade.

Concordamos de novo com Y. Clot quando ele sublinha que quando os conflitos do real se efetivam em produções mórbidas (anestesia do pensamento, do sentido moral e dos afetos, conforme C. DEJOURS, 1998), há outros destinos possíveis para a atividade contrariada. Entre defesas e reações, todas as nuances são possíveis (Clot; FAÏTA, 2000).

Antes de encerrar esta apresentação de duas das abordagens da clínica do trabalho nos dias de hoje – correntes que constituem referência importante visto que estão próximas de nossas concepções e, ao mesmo tempo, estimulam uma discussão sobre os enfoques conceituais –, gostaríamos de enfatizar duas dimensões subestimadas na análise da atividade.

Uma vez que os trabalhos de Y. Clot (1999) sublinham que a atividade é triplamente dirigida (pela conduta do sujeito, através do objeto da tarefa, porque se dirige para os outros, ou mais exatamente para a atividade dos outros, e pela mediação do gênero), é importante que nos interessemos de maneira particular pelo objeto, quando o objeto do trabalho é o homem. Para retomar uma expressão cara a Y. Clot, nós registramos aqui a necessidade de abandonar "uma concepção amorfa" do objeto do trabalho para explicar sua própria contribuição para a atividade. Em outras palavras, e tendo por base nossos próprios trabalhos, podemos lembrar a propósito disso da contribuição das profissões ditas "de relação", já que elas levam a uma construção conjunta da atividade. Essa construção conjunta será mais ou menos patente, mais ou menos importante, conforme a experiência da atividade em questão de cada um dos dois protagonistas.

Assim, a análise clínica do trabalho dos guardas penitenciários mostra que não apenas o detento experiente orienta a dinâmica das atividades, como concorre também para a formação profissional do guarda. Pode-se mesmo considerar que as atividades dos detentos e seus ajustes às atividades dos guardas de presídio colaboram na moldagem “do gênero social do ofício” de guarda de prisão (LHUILIER, 1997).

Do mesmo modo, a atividade dos cuidadores em meio hospitalar não tem por objeto os objetos-corpo, mas as pessoas, algumas das quais, em virtude de sua patologia, adquiriram muito conhecimento sobre as atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento. Pensamos aqui, por certo, nos soropositivos e nos portadores do vírus HIV. Inúmeras pesquisas mostram como esses pacientes, por suas ações e condutas, pelo saber acumulado, levaram os cuidadores a trabalhar de outra maneira. Do mesmo modo, nossa pesquisa sobre o trabalho em um hospital africano, em um contexto marcado por epidemia de Aids, por tuberculose endêmica, pela persistência da malária e da cólera, mostra que a recorrência das hospitalizações, a contribuição de cada membro da família no trabalho de cuidar (assumindo a função de enfermeiro), o caráter crônico de certas afecções, concorrem para o desenvolvimento de competências investidas na atividade do pessoal que trabalha em hospital (LHUILIER et al., 2002).

Outra dimensão também a aperfeiçoar a partir da clínica da atividade coloca a questão não apenas dos coletivos de trabalho ou do gênero social de ofício (dito de outra forma, das outras atividades de trabalho num mesmo objeto de trabalho), mas do sistema organizacional no qual essas atividades se inscrevem.

A análise da atividade pode ser aclarada pela referência à noção de situação de trabalho entendida de uma dupla perspectiva – diacrônica e sincrônica – que abrange, além da própria atividade, dispositivos de distribuição do trabalho, de avaliação do trabalho, as modalidades de remuneração, a formação, a progressão profissional e, de maneira mais geral, os vetores de sentido e de reconhecimento do trabalho – no trabalho. Insistimos aqui na necessidade de distinguir essa dupla perspectiva sobretudo quando maior parece ser a dissociação entre elas. A título de exemplo, a valorização da noção de competência parece, na nossa opinião, deslocar o ângulo da análise da atividade de um sujeito em situação para as disposições pessoais desse sujeito. Do mesmo modo, a avaliação do grau de envolvimento do assalariado remete menos ao trabalho realizado do que à adesão deste último às orientações organizacionais.

Referências

ABECASSIS, F.; ROCHE, P. *Précarisation du travail et lien social*. Paris: L'Harmattan, 2001.

- AMADO, G. *La resonance psychosociale*. 1993. Tese (Doutorado em Psicologia) – Université Paris VII, não publicada.
- _____. Groupes opérationnels et processus inconscients. *Revue Française de Psychanalyse*, 3, p. 905-916, 1999.
- _____. Le coaching ou le retour de narcissé. *Connexions*, 81, p. 43-53, 2004.
- _____. AMBROSE, A. *The transitional approach to change*. Londres-New York: Karnac Books, 2004.
- _____. ENRIQUEZ, E. (Org.). *Positions de la psychologie*. Paris: Eska, 1994.
- _____. LÉVY, A. (Org.). *La recherche-action: Perspectives internationales*. Paris: Eska, 2001.
- _____. LHUILIER, D. Subjectivité et travail. *Revue Internationale de Psychosociologie*, 24, 2005.
- ANZIEU, D. Le Moi-peau. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 9, p. 195-208, 1974.
- _____. *Le Moi-peau*. Paris: Dunod, 1985.
- _____. et al. *Les enveloppes psychiques*. Paris: Dunod, 1987.
- _____. MARTIN, J-Y. *La dynamique des groupes restreints*. Paris: PUF, 1979.
- ARENDT, H. *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1958-1963.
- AUBERT, N.; DE GAULEJAC, V. *Le coût de l'excellence*. Paris: Le Seuil, 1991.
- _____. PAGÈS, M. *Le stress professionnel*. Paris: Klincksieck, 1989.
- AULAGNIER, P. *La violence de l'interprétation*. Paris: PUF, 1975.
- AUTES, M. *La pauvreté, une approche plurielle*. Paris: ESF, 1985.
- BAREL, Y. Le grand intégrateur. *Connexions*, 56, p. 85-100, 1990.
- BARUS-MICHEL, J. *Le sujet social: étude de psychologie sociale clinique*. Paris: Dunod, 1987.
- _____. *Pouvoir: mythe et réalité*. Paris: Klincksieck, 1991.
- _____. GIUST-DESPRAIRES, F.; RIDEL, L. *Crises, approche psychosociale clinique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.
- BAUDRILLARD, J. *L'échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard, 1976.
- BEAUVOIS, J.-L. *Traité de la servitude libérale*. Paris: Dunod, 1995.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *La construction sociale de la réalité*. Tradução francesa. Paris: Armand Colin, 1966-1996.
- BERNAUD, J.-L. Les dispositifs et processus d'accompagnement psychologique dans le développement de la carrière. In: CASTRO, E. *Les interventions psychologiques dans les organisations*. Paris: Dunod, 2004. p. 57-68.

- BIDET, J.; TEXIER, J. *La crise du travail*. Paris: PUF, 1995.
- BILLIARD, L. Le travail: un concept inachevé. *Éducation Permanente*, 116, 3, p. 19-32, 1993.
- _____. *Santé mentale et travail*. Paris: La Dispute, 2001.
- BION, W. R. *Recherches sur les petits groupes*. Paris: PUF, 1965.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BOUTET, J. La question de l'interprétation en linguistique. In: DEJOURS, C. (Org.). *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: Éditions de l'AOCIP, CNRS, 1987. t. 1.
- BRUNEL, V. *Les managers de l'âme*. Paris: La Découverte, 2004.
- CAILLÉ, A. *Anthropologie du don: le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- CAMILLERI, C. Identité et changements sociaux. Points de vue d'ensemble. In: TAP, P. (Org.). *Identités collectives et changements sociaux*. Toulouse: Privat, 1980. p. 331-342.
- _____. et al. *Stratégies identitaires*. Paris: PUF, 1990.
- CANGUILHEM, G. *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF, 1966.
- CARPENTIER-ROY, M.-C. Nouvelles organisations du travail: paradoxes et souffrances. *Revue Internationale de Psychosociologie*, III, 5, p. 17-24, 1996.
- _____. VÉZINA, M. *Le travail et ses malentendus*. Toulouse: Octarès, 2000.
- CASADAMONT, G. *La détention et ses surveillants*. Représentations et champ carcéral. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1984.
- CASTEL, R. L'homme psychologique. *Autrement*, 43, p. 131-143, 1982.
- _____. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.
- _____. Les marginaux dans l'histoire. In: PAUGAM, S. (Org.). *L'exclusion. L'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996. p. 32-41.
- _____. Centralité du travail et cohésion sociale. In: KERGOAT, J. (Org.). *Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- CASTORIADIS, C. *L'expérience du mouvement ouvrier*. Paris: 10/18, 1974.
- _____. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Le Seuil, 1975.
- CHAUVENET, A.; ORLIC, F.; BENGUIGUI, G. *Le monde des surveillants de prison*. Paris: PUF, 1994.
- CHESNEAUX, J. *Habiter le temps*. Paris: Bayard, 1996.
- CICCONI, A. *L'observation clinique*. Paris: Dunod, 1998.

- CINGOLANI, P. *L'exil du précaire: récits de vie en marge du travail salarié*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1986.
- CLAVEUL, C. *L'ordre médical*. Paris: Le Seuil, 1978.
- CLOT, Y. *Le travail sans l'homme? Pour une psychologie des milieux de travail et de vie*. Paris: La Découverte, 1995.
- _____. (Org.). *Les histoires de la psychologie du travail*. Toulouse: Octarès, 1996. p. 17-26.
- _____. Le sujet au travail. In: KERGOAT, J. et al. *Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998. p. 165-171.
- _____. *La fonction psychologique du travail*. Paris: PUF, 1999.
- _____. Clinique du travail, clinique du réel. *Journal des Psychologies*, 185, p. 48-51, 2001.
- _____. L'autoconfrontation croisée en analyse du travail: l'apport de la théorie bakhtinienne du dialogue. In: FILLIETAZ, L.; BRONCKART, J.-P. (Org.). *L'analyse des actions et des discours en situation de travail*. Louvain-la-Neuve: Peeters, 2005. p. 37-55.
- _____. FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et methods. *Travailler*, 4, p. 7-42, 2000.
- _____. PENDARIES, J.-R. *Les chômeurs en mouvement(s)*. Relatorio de pesquisa. Paris: MIRE, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, 1997.
- _____. LHUILIER, D. Perspectives en clinique du travail. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, nº 1, 2006.
- COHEN-SCALI, V. L'insertion professionnelle des jeunes: un nouveau champ d'activité pour les psychologues. In: COHEN-SCALI, V. (Org.). *Les métiers en psychologie sociale et du travail*. Paris: In Press, 2004. p. 35-55.
- CRESSEY, D. Limitations on organization of treatment in the modern prison, theoretical studies in social organization of the prison. *Social Science Research Council*, New York, p. 78-110, 1960.
- CRU, D. Les règles du métier. In: DEJOURS, C. *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: AOCIP 1, 1987. p. 29-42.
- _____. DEJOURS, C. La peur et la connaissance des risques. In: DEJOURS, C.; VEIL, C.; WISNER, A. *Psychopathologie du travail*. Paris: ESF, 1985.
- CURIE, J.; DUPUY, R. L'organisation du travail contre l'unité du travail. In: CLOT, Y. (Org.). *Les histoires de la psychologie du travail*. Toulouse: Octarès, 1996.

- CURIE, J.; HAJJAR, V. Vie de travail, vie hors travail: la vie en temps partagé. In: LÉVY-LEBOYER, C.; SPÉRANDIO, J.-C. *Traité de psychologie du travail*. Paris: PUF, 1987. p. 37-56.
- DANIELLOU, F. La conduite de processus chimiques: présence et pression du danger. In: DEJOURS, C.; VEIL, C.; WISNER, A. *Psychopathologie du travail*. Paris: ESF, 1985. p. 35-41.
- _____. L'action en psychodynamique du travail: interrogation d'un ergonomiste. *Travailler*, 7, p. 119-130, 2001.
- DASSA, S.; MAILLARD, D. Exigences de qualité et nouvelles formes d'aliénation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 115, p. 27-37, 1996.
- DAVEZIES, P. Éléments pour une clarification des fondements épistémologiques d'une science du travail. *Communication au colloque national de la Société française de psychologie*, CLERMONT-FERRAND, p. 6-12, 1991.
- DAYAN, M. *Inconscient et réalité*. Paris: PUF, 1985.
- DE BANDT, J.; DEJOURS, C.; DUBAR, C. *La France malade du travail*. Paris: Bayard, 1995.
- DEJOURS, C. Aspects psychopathologiques du travail. In: LÉVY-LEBOYER, C.; SPÉRANDIO, J.-C. *Traité de psychologie du travail*. Paris: PUF, 1987. p. 729-748.
- _____. (Org.). *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: AOCIP, 1987-1988. t. 1 e 2.
- _____. *Travail et usure mentale*. Paris: Bayard, 2000.
- _____. Intelligence pratique et sagesse pratique: deux dimensions méconnues du travail réel. *Éducation Permanente*, 116, p. 47-70, 1993a.
- _____. Intelligence ouvrière et organisation du travail. In: HIRATA, H. (Org.). *Autour du modèle japonais de production*. Automatisation, nouvelles formes d'organisation et de relations de travail. Paris: L'Harmattan, 1993b.
- _____. *Le facteur humain*. Paris: PUF, 1995. (Coleção "Que sais-je?")
- _____. Introduction. *Revue Internationale de Psychosociologie*, 5, p. 5-16, 1996a.
- _____. Psychologie clinique du travail et tradition compréhensive. In: CLOT, Y. (Org.). *Les histoires de la psychologie du travail*. Toulouse: Octarès, 1996b. p. 197-182.
- _____. *Souffrance en France*. Paris: Le Seuil, 1998.
- _____. La psychopathologie du travail: facteurs de risque et modalités de prévention. In: TYCHEY, C. de (Org.). *Peut-on prévenir la psychopathologie?* Paris: L'Harmattan, 2001.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinéraire théorique en psychopathologie du travail. *Prévenir*, 20, p. 127-150, 1990.
- DEMESSE, D. Les interventions psychologiques en entreprise. In: CASTRO (Org.). *Les interventions psychologiques dans les organisations*. Paris: Dunod, 2004. p. 177-186.
- DÉTIENNE, M.; VERNANT, J.-P. *Les ruses de l'intelligence*. La métis chez les Grecs. Paris: Flammarion, 1974.
- DOPPLER, F.; DEJOURS, C. Avant-propos. In: DEJOURS, C.; VEIL, C.; WISNER, A. *Psychopathologie du travail*. Paris: PUF, 1985.
- DORAY, B. *Le taylorisme, une folie rationnelle?* Paris: Dunod, 1981.
- DOUGLAS, M. *De la souillure. Études sur la notion de pollution et de tabou*. Tradução francesa. Paris: La Découverte, 1992.
- DUBOST, J. *L'intervention psychosociologique*. Paris: PUF, 1987.
- _____. LÉVY, A. Recherche-action et intervention. In: BARUS-MICHEL, J.; ENRIQUEZ, E.; LÉVY, A. (Org.). *Vocabulaire de psychosociologie*. Toulouse: Érès, 2002. p. 391-416.
- DUJARIER, M. A. *L'idéal au travail*. Paris: PUF, 2005.
- EHRENBURG, A. *La fatigue d'être soi*. Paris: Odile Jacob, 1998.
- EIGUER, A. *Le pervers narcissique et son complice*. Paris: Bordas, 1989.
- _____. *Du bon usage du narcissisme*. Paris: Bayard, 1999.
- ENRIQUEZ, E. Imaginaire social, refoulement et répression dans les organisations. *Connexions*, 3, EPI, p. 65-93, 1972.
- _____. Rapports au travail et pratique psychosociologique. *Connexions*, 24, 1978.
- _____. *De la horde à l'État*. Paris: Gallimard, 1983.
- _____. *L'organisation en analyse*. Paris: PUF, 1992.
- _____. *Les jeux du pouvoir et du désir dans l'entreprise*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.
- _____. FAIN, M.; Cournut, J.; Cifali, M. *Les trois métiers impossibles*. Paris: Les Belles Lettres, 1987.
- _____. Lhuillier, D. (Org.). *Domaine privé, sphère publique*. Paris: Eska, 2002.
- FAIN, M. Diachronie, structure, conflit oedipien. Quelques réflexions. *Revue Française de Psychanalyse*, XLV 4, p. 985-997, 1981.
- FAVEZ-BOUTONNIER, J. *La psychologie clinique: objet, méthodes, problèmes*. Paris: Les cours de la Sorbonne, 1959.

- FAVRET-SAADA, J. Être affecté. *Gradhiva*, 8, p. 85-93, 1990.
- FOUCAULT, M. *La naissance de la Clinique*. Paris: PUF, 1972.
- FREUD, S. La négation. In: _____. *Oeuvres complètes*. t. XVII. Paris: PUF, 1992. p. 165-172.
- _____. *Inhibition, symptôme et angoisse*. Paris: PUF, 1965.
- _____. Esquisse d'une psychologie scientifique. In: _____. *La naissance de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1956.
- _____. *L'interprétation des rêves*. Paris: PUF, 1967.
- _____. L'inquiétante étrangeté. In: _____. *Essai de psychanalyse appliquée*. Paris: Gallimard, 1933. p. 163-211.
- _____. Psychologie collective et analyse du moi. *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1951. p. 76-162.
- _____. *L'avenir d'une illusion*. Paris: PUF, 1971.
- _____. *Malaise dans la civilisation*. Paris: PUF, 1971.
- FRIEDMAN, G. *Le travail en mientes*. Paris: Gallimard, 1956.
- GAULEJAC, V. de; TABOADA-LEONETTI, I. *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- _____. *La société malade de la gestion*. Paris: Le Seuil, 2005.
- GIAMI, A. Une théorie sexuelle du sida. *Prévenir*, 25, p. 79-90, 1993.
- GIRIN, J.; GROSJEAN, M. *La transgression des règles au travail*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- GIUST-DESPRAIRIES, A.; LÉVY, A.; NICOLAI, A. (Org.). *La résistible emprise de la rationalité instrumentale*. Paris: Eska, 1997.
- GODBOUT, J.; CAILLE, A. *L'esprit du don*. Paris: La Découverte, 1992.
- GOFFMAN, E. *Asiles: étude sur la condition sociale des malades mentaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1968.
- _____. *Stigmat: les usages sociaux du handicap*. Paris: Éditions de Minuit, 1975.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail, Quête du sens*. Paris: Galilée, 1988.
- GOUHIER, J. Géographie des déchets. In: *Déchets: l'art d'accompagner les restes*. Paris: Centre Georges-Pompidou, 1984.
- GREEN, A. Le temps morts. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 11, p. 103-109, 1975.
- _____. Pourquoi de mal? In: PONTALIS, J.-B. *Le mal*. Paris: Gallimard, 1988. p. 393-438.
- GRELL, P. *Étude du chômage et de ses conséquences: les catégories sociales touchées par le non-travail, histoire de vie et mode de débrouillardise*. Université de Montréal, Groupe d'analyse des politiques sociales, 1985.
- HABERMAS, J. *Raison et légitimité, problème de légitimation dans le capitalisme avancé*. Paris: Payot, 1978.
- _____. *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard, 1981. 2 t.
- HANIQUE, F. *Le sens du travail: Chronique de la modernisation au guichet*. Toulouse: Éres, 2004.
- HIRIGOYEN, M.-F. *Le harcèlement moral*. Paris: Syros, 1998.
- HIRZLICH, C. *Médecine, maladie et société*. Paris: Mouton, 1970.
- _____. PIERRET, J. *Maladies d'hier, maladies d'aujourd'hui*. Paris: Payot, 1984.
- HUGUET, M. Structures de sollicitation sociale et incidences subjectives. *Bulletin de psychologie*, 360, xxxvi, p. 511-515, 1983.
- _____. La méthode clinique. In: LAMBOTTE, M.-C. (Org.). *La psychologie et ses méthodes*. Paris: Le livre de poche, Éditions de Fallois, 1995.
- ISRAEL, J. *Le médecin face au malade*. Bruxelles: Dessart, 1968.
- JAQUES, E. *Intervention et changement dans l'entreprise*. Paris: Dunod, 1972.
- _____. Les organisations comme systèmes de défense contre les anxiétés schizoïdes et paranoïdes. In: LÉVY, A. (Org.). *Psychologie sociale: textes fondamentaux anglais et américains*. Paris: Dunod, 1955. p. 546-585.
- JODELET, D. *Folie et représentations sociales*. Paris: PUF, 1989a.
- _____. (Org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989b.
- KAËS, R. et al. *Crise, rupture et dépassement*. Paris: Dunod, 1979.
- _____. Étayages et structuration du psychisme. *Connexions*, 44, p. 11-48, 1984.
- _____. (Org.). *Souffrance et psychopathologie des liens institutionnels*. Paris: Dunod, 1996.
- _____. (Org.). *L'institution et les institutions: études psychanalytiques*. Paris: Dunod, 1997.
- KERGOAT, J.; BOUTET, J.; JACOT, H.; LINHART, D. *Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- KRISTEVA, J. *Pouvoirs de l'horreur*. Paris: Le Seuil, 1980.
- LAGACHE, D. *L'unité de la psychologie*. Paris: PUF, 1949.
- _____. Pour une étude sur le changement individuel au cours du processus psychanalytique. *Bulletin de Association Psychanalytique de France*, 3, p. 7-43, 1967.

- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1967.
- LATTE. De l'individuel au collectif. Les usages sociaux de la victimologie. *Sciences Sociales et Santé*, 23, 2, p. 37-47, 2005.
- LE GOFF, J.-P. *Les illusions du changement*. Paris: La Découverte, 1996.
- LE GUILLANT, L. *Quelle psychiatrie pour notre temps*. Toulouse: Érès, 1984.
- LEPLAT, J. Les habiletés cognitives dans le travail. In: PERRUCHET, P. (Org.). *Les automatismes cognitifs*. Bruxelles, Belgique: Pierre Mardaga, 1988. p. 202-220.
- _____. HOC, J.-M. Tâche et activité dans l'analyse psychologique des situations. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 3/1, p. 49-63, 1983.
- LÉVY, A. Les objets introuvables de l'analyse psychosociologique. *Revue Internationale de Psychosociologie*, v. I, n. 1, p. 17-27, 1994.
- LÉVY, M. *Sciences cliniques et organisations sociales*. Paris: PUF, 1997.
- LEWIN, K. Problems of research in social psychology. In: CARTWRIGHT (Org.). *Field theory and social science*. London: Tavistock, 1944.
- _____. *Psychologie dynamique*. Paris: PUF, 1959.
- LHUILIER, D. Psychologie du port de l'arme et de l'uniforme. *Synapse*, 38, p. 32-39, 1987a.
- _____. *Les policiers au quotidien*. Paris: L'Harmattan, 1987b.
- _____. La prise de risque: maîtrise du danger et initiative dans le travail. *Journal des Psychologues*, 72, p. 39-41, 1988a.
- _____. La représentation des risques d'accidents en centrales nucléaires. Relatório de pesquisa, Direction des Études et Recherches, EDF, 1988b.
- _____. Psychopathologie de la peur au travail: le cas des opérateurs de conduite de centrales nucléaires. *Psychiatrie française*, 4, p. 7-12, 1990.
- _____. GRODEVA, T. Stress et conduite de systèmes complexes. *Le Travail Humain*, 55, 2, p. 115-169, 1992.
- _____. Fragilisation des conditions nécessaires à la construction identitaire. In: AUBERT, N.; GAULEJAC, V. de. *L'aventure psychosociologique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.
- _____. Crise ou occultation du travail. *Revue Internationale de Psychosociologie*, 9, p. 45-58, 1998a.
- _____. Stress professionnel: la fonction de regulation du collectif de travail. *Le Journal des Psychologies*, 157, p. 42-47, 1998b.
- _____. De l'institution totale à l'individualisme de masse. *Revue Internationale de Psychosociologie*, VI, 15, p. 59-69, 2000.
- LHUILIER, D. *Le choc carcéral*. Paris: Bayard, 2001.
- _____. *Placardisés des exclus dans l'entreprise*. Paris: Le Seuil, 2002.
- _____. et al. Représentations et pratiques des personnels de santé face au VIH et aux infections nosocomiales en milieu hospitalier africain (Burundi). *Rapport de Recherche*. Paris: ANRS, 2002.
- _____. Le sale boulot. *Travailleur*, 14, 2005a.
- _____. Harcèlement: inflation imaginaire, déficience du symbolique et déni du réel. In: SANCHEZ; KOUBI (Org.). *Le harcèlement*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 2005b. p. 125-139.
- _____. Idéologies défensives et imaginaire social. *Revue Internationale de Psychosociologie*, 9, 24, p. 51-67, 2005c.
- _____. Cliniques du travail. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, n° 1, 2006a.
- _____. Cliniques du travail: enjeux et pratiques. *Pratiques Psychologiques*, 2006b.
- _____. AYMARD, N. *L'univers pénitentiaire: du côté des surveillants de prison*. Paris: Desclée de Brouwer, 1997.
- _____. GROVEDA, T. Stress et conduite de système complexe. *Le Travail Humain*, 55, 2, p. 115-169, 1992.
- _____. NIYONGABO, T.; ROLLAND, D. *Prévenir le risque nosocomial*. La bade infectieuse. Paris: L'Harmattan, 2005.
- _____. ROLLAND, D. Action-research and transitional processes: risk prevention in a hospital in Burundi. In: AMADO, G.; VANSINA, L. (Org.). *The transitional approach in action*. London-New York: Karnak Books, 2004.
- _____. VEIL, C. Trauma et contre-trauma. *Psychiatrie Française*, n° especial, p. 96-105, nov. 1999.
- LINHART, D. *Le torticolis de l'autruche*. L'éternelle modernisation des entreprises françaises. Paris: Le Seuil, 1991.
- _____. Les chemins de l'hégémonie. In: BIDEI, J.; TEXIER, J. (Org.). *La crise du travail*. Paris: PUF, 1995. p. 95-106.
- _____. LINHART, R. L'évolution de l'organisation du travail. In: KERGOAT, J. et al. *Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- _____. et al. *Perte d'emploi, perte de soi*. Toulouse: Érès, 2002.
- MAC DOUGALL, J. *Playdoyer pour une certaine anormalité*. Paris: Gallimard, 1978.
- MARX, K. *Oeuvres philosophiques*. Paris: Gallimard, 1982.

- MAUSS, M. Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. *L'année Sociologique*, nova série, 1, 1925.
- MEAD, G. H. *L'esprit le soi et la société*. Tradução francesa. Paris: PUF, 1934-1963.
- MEDA, D. *Le travail*: une valeur en voie de disparition. Paris: Aubier, 1995.
- MENDEL, G. *La société n'est pas une famille*. Paris: La Découverte, 1992.
- _____. Itinéraire: sociopsychanalyse, interventions institutionnelle, psychosociologie du travail. In: CLOT, Y. (Org.). *Les histoires de la psychologie du travail*. Toulouse: Octarès, 1996.
- _____. L'institution au double péril de l'organisation du travail et de l'inconscient: perspectives sociopsychanalytiques. *Revue Internationale de Psychosociologie*, IV, p. 6-7, 1997.
- _____. *L'acte est une aventure*. Du sujet métaphysique au sujet de l'acte pouvoir. Paris: La Découverte, 1998.
- _____. *Le vouloir de création*. Paris: Éd. De l'Aube, 1999.
- _____. Acte. In: BARUS-MICHEL, J.; ENRIQUEZ, E.; LÉVY, A. (Org.). *Vocabulaire de psychosociologie*. Toulouse: Octarès, 2002. p. 25-35.
- MISSENARD, A. Narcissisme et rupture. In: KAES, R. et al. *Crise rupture et dépassement*. Paris: Dunod, 1979. p. 84-148.
- _____. (Org.). *L'expérience Balint*: histoire et actualité. Paris: Dunod, 1982.
- MONJARDET, D. *Ce que fait la police*. Paris: La Découverte, 1996.
- MONTMOLLIN, M.; PASTRE, O. *Le taylorisme*. Paris: La Découverte, 1984.
- ORTSMAN, O. *Changer le travail*. Paris: Dunod, 1978.
- PAGÈS, M. et al. *L'emprise de l'organisation*. Paris: PUF, 1979.
- PÉDINELLI, J.-L. *Introduction à la psychologie clinique*. Paris: Nathan, 1994.
- PERRET, B.; ROUSTANG, G. *L'économie contre la société*. Paris: Le Seuil, 1993.
- PERRON, R. Figures de la méconnaissance. Dénis, refoulement et construction des théories. *Bulletin de la Société Psychanalytique de Paris*, p. 9, 33-44, 1983.
- PLAZA, M. La psychologie clinique: les enjeux d'une discipline. In: REVAULT D'ALLONNES, et al. *La démarche clinique en sciences humaines*. Paris: Bordas, 1989. p. 3-12.
- POOLE, E.; REGOLI, R. Alienation in prison: an examination of the work relations of prison guards. *Criminology*, v. 19, 2, p. 251-270, 1981.
- PRÉVOST, C. *La psychologie clinique*. Paris: PUF, 1988.
- RAPPOPORT, R. N. Three dilemmas in action-research. *Human Relations*, 1968, 23. Tradução francesa em *Connexions*, nº 7, 1973.

- REVAULT D'ALLONNES, C.; BARUS-MICHEL, J. La psychologie sociale. *Bulletin de Psychologie*, 349, XXXIV, p. 239-246, 1981.
- _____. et al. *La démarche clinique en sciences humaines*. Paris: Dunod, 1989.
- REVUZ, C. Écouter les chômeurs pour comprendre le rapport au travail. *Éducation Permanente*, 117, 4, p. 47-64, 1993.
- REYNAUD, E.; REYNAUD, J.-D. La régulation conjointe et ses dérèglements. *Le Travail Humain*, 57, 3, 1994.
- RICOEUR, P. *Soi-même comme un autre*. Paris: Le Seuil, 1990.
- _____. La souffrance n'est pas la douleur. *Psychiatrie Française*, numéro especial, 1992.
- ROETHLISBERGER, F. J.; DICKSON, W. J. *Management and the worker*. Harvard University Press, 1939.
- ROSOLATO, G. *Essais sur le symbolique*. Paris: Gallimard, 1978.
- ROULLEAU-BERGER, L. *Le travail en friche*. Les mondes de la petite production urbaine. Paris: Éd. de l'Aube, 1999.
- SALMONA, M. Risques réels et fantasmatiques chez l'élèveur. In: DEJOURS, C.; VEIL, C.; WISNER, A. *Psychopathologie du travail*. Paris: ESF, 1985, p. 64-75.
- SAMI-ALI, M. L'espace de l'inquiétante étrangeté. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 9, p. 33-45, 1974.
- SCHEHR, S. *La vie quotidienne des jeunes chômeurs*. Paris: PUF, 1999.
- SCHELLER, L. *Élaborer l'expérience du travail*: activité dialogique et référentielle dans la méthode des instructions au sosie. Tese de psicologia, CNAM, 2003. 258 p.
- SCHWARTZ, Y. *Expérience et connaissance au travail*. Paris: Editions Sociales, 1988.
- _____. *Travail et philosophie*: convocations mutuelles. Toulouse: Octarès, 1992.
- _____. Circulations, dramatiques, efficacités de l'activité industrielle. In: BIDEY, J.; TEXIER, J. (Org.). *La crise du travail*. Paris: PUF, 1995.
- _____. (Org.). *Reconnaissances du travail*: pour une approche ergologique. Paris: PUF, 1997.
- SELYE, H. *The stress of life*. New York: Mac Graw-Hill, 1956.
- SIBONI, D. *Entre-deux*. Paris: Le Seuil, 1991.
- SIGAUT, F. Folie, réel et technologique. *Techniques et Culture*, 15, p. 12-30, 1990.
- SIVADON, P. Psychiatrie du travail. In: DESAILLE, H. (Org.). *Cours de médecine du travail*. Paris: Le François, 1957. t. II, p. 405-420.

Clé
Latan

- SYKES, G. M. *The society of captives, a study of a maximum security prison*. Princeton: Princeton University Press, 1958.
- TABOADA-LEONETTI, I. Stratégies identitaires et minorités: le point de vue du sociologue. In: CAMILLERI, C. *Stratégies identitaires*. Paris: PUF, 1990. p. 43-84.
- TERSSAC, G. de. *Autonomie dans le travail*. Paris: PUF, 1992.
- TISSERON, S. *La honte*. Psychanalyse d'un lien social. Paris: Dunod, 1992.
- _____. *Du bon usage de la honte*. Paris: Ramsay, 1998.
- TOURNAINE, A. *La conscience ouvrière*. Paris: Le Seuil, 1966.
- TRINQUET, P. *Maîtriser les risques du travail*. Paris: PUF, 1996.
- TRIST, E. Introduction. In: TRIST, E.; MURRIA, H. *The social engagement of social science, v. II. The Social-Technical Perspective*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993.
- _____.; HIGGIN, G. W.; MURRAY, H.; POLLOCK, A. B. *Organizational choice: capabilities of groups at the coal face under changing technologies*. London: Tavistock Publications, 1993.
- VEIL, C. *Hygiène mentale du travail*. Paris: Le François, 1964.
- _____. Entretien. *Psychiatrie Française*, v. XXVII, 2, p. 9-20, 1996.
- _____.; LHUILIER, D. *La prison en changement*. Toulouse: Érès, 2000.
- VIAUX, J.-L. Harcelement et rupture du contrat moral: paroles de victims. In: CASTRO (Org.). *Les interventions psychologiques dans les organisations*. Paris: Dunod, 2004. p. 35-54.
- VYGOTSKY, L. *Conscience, inconscient, émotion*. Paris: La Dispute, 2003.
- WALLON, H. Culture générale et orientation professionnelle. In: *Lecture d'H. Wallon*. Choix de textes. Paris: Éditions Sociales, 1932-1976. p. 205-219.
- WEBER, H. *Du ketchup dans les veines*. Pourquoi les employés adhèrent-ils à l'organisation chez McDonald's? Toulouse: Érès, 2005.
- WINNICOTT, D. W. *Jeu et réalité*. L'espace potentiel. Paris: Gallimard, 1971-1975.